



## PLANO DE AÇÃO

# Casa da Memória e dos Afetos do Vale do Ribeira

arquivo Histórico,  
Escritório Técnico e  
Centro do Patrimônio

**A** consultoria Garimpo de Soluções realiza o projeto “Dá Gosto Ser do Ribeira”, com apoio do Codivar. Trata-se de iniciativa pioneira no Vale do Ribeira que tem por objetivo a produção de Plano Estratégico de Economia Criativa para a região, com foco no desenvolvimento de negócios a partir da valorização de singularidades, potencialidades e oportunidades locais.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Casa da Memória e dos Afetos do Vale do Ribeira é um espaço que propõe estabelecer um diálogo aberto com a mente e o coração dos cidadãos do Ribeira, por nascimento ou opção; um local de encontro das identidades, dos registros e das memórias, eternizadas ou vividas, que percorrem e conformam as terras do Vale.

Essas histórias transpõem o suporte do papel ou digital para a reverberação de relatos de famílias, personagens folclóricos e referências territoriais e ecoam testemunhos ainda vivos, sejam eles relativos a pessoas, edifícios, locais públicos ou espaços lembrados.

Sua constituição traz os seguintes objetivos:

- Organizar, revelar e difundir a riqueza histórica do Vale do Ribeira, internamente a ele e como ponto de apoio à difusão para fora dele;
- Respaldar a promoção do pertencimento e a valorização de uma identidade regional sistêmica e compartilhada entre os municípios e os povos do Vale do Ribeira;
- Facilitar e estimular a preservação patrimonial edificada por parte dos proprietários públicos e privados desses bens;
- Alicerçar o desenvolvimento de atividades voltadas ao incremento da autoestima do cidadão do Vale do Ribeira.

Tendo em vista a concentração de edifícios tombados pelas três esferas (municipal, estadual e federal) em Iguape, recomenda-se que a Casa da Memória e dos Afetos do Vale do Ribeira seja constituída em uma das pérolas patrimoniais desse município. Mais especificamente, sugere-se que se destine a esse fim o emblemático “Prédio do Correio Velho”, tendo em vista a recente e celebrada [conclusão de suas obras de restauro](#) e o fato de seu projeto de uso, apresentado quando do PAC das Cidades Históricas, ter previsto justamente que o edifício [viria a abrigar um arquivo público](#).

Em termos conteudísticos, propõe-se que a Casa da Memória e dos Afetos do Vale do Ribeira seja composta por três eixos estruturantes.

### Obra do Prédio do Correio Velho



## 1) Arquivo Histórico do Ribeira

Não obstante a riqueza histórica do Vale do Ribeira, para o Estado de São Paulo e para o Brasil, segundo o [Mapa da Gestão Documental Paulista](#), somente os municípios de Apiaí e [Cananeia](#) dispõem de arquivo histórico, no Vale do Ribeira e tão somente no que se refere à Prefeitura (não à Câmara). Os demais municípios da região, sempre segundo a mesma fonte, não possuem arquivo histórico regulamentado, organizado e de consulta, para reunir os preciosos documentos que, hoje, encontram-se, via de regra, reclusos em arquivos mortos das diversas prefeituras, câmaras, *fori* e instituições eclesiásticas, além de dispersos em acervos privados.

Sugere-se transformar esse conjunto de 22 câmaras em um arquivo potência, unificado, catalogado e tratado com o devido respeito, pela história e pelos cidadãos passados, presentes e futuros, e possibilitando a transparência de acesso a um conteúdo de coleções cartográficas, iconográficas e hemerográficas, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI). Note-se que, segundo o Mapa da Gestão Documental Paulista, a LAI não foi regulamentada pelas Prefeituras do Vale do Ribeira, como Barra do Chapéu, Eldorado, Ilha Comprida, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Jacupiranga, Juquiã, Miracatu, Pedro de Toledo, Ribeira; dentre todos os municípios, somente Barra do Turvo e Registro teriam sua LAI regulamentada pela Prefeitura e pela Câmara.

Nesse aspecto, vale ressaltar que o Arquivo Público do Estado de São Paulo, ao atribuir a si a

preservação da memória do Estado de São Paulo, desenvolve, desde 2000, junto aos municípios paulistas e respeitada sua autonomia, uma [orientação técnica gratuita](#) às Prefeituras e Câmaras Municipais, visando à:

- Instituição de Arquivos Públicos Municipais;
- Formulação e implementação de políticas municipais de arquivo, gestão documental e acesso;
- Implementação de sistemas municipais de arquivo;
- Elaboração de diagnósticos, projetos e ações, em especial quanto aos aspectos pertinentes à gestão, preservação e acesso aos documentos e informações municipais;
- Regulamentação da Lei de Acesso à Informação em âmbito municipal.

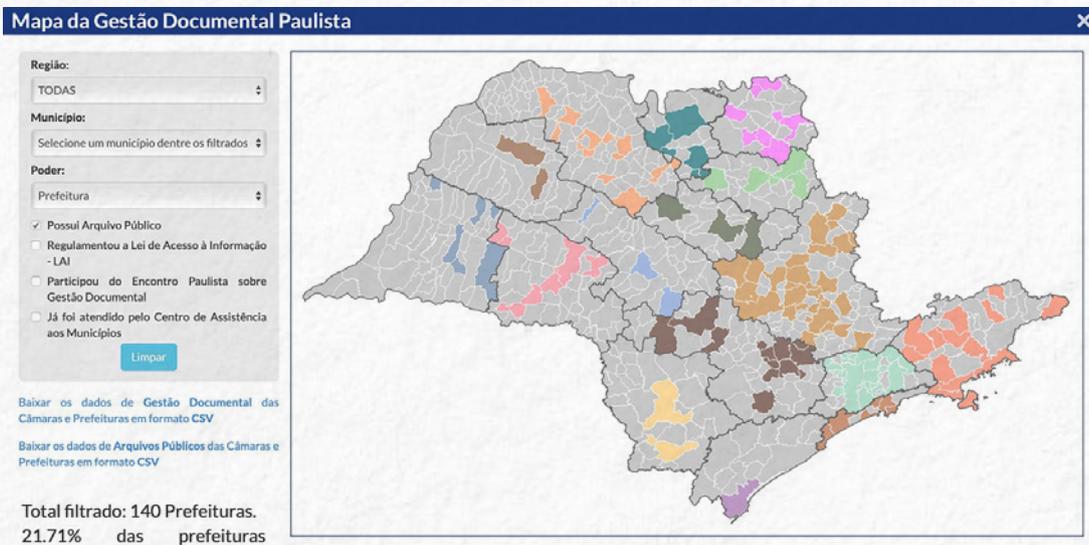
Estima-se, dadas as proximidades histórica e geográfica com Santos, que a [Fundação Arquivo e Memória de Santos](#) também poderia, eventualmente, auxiliar no processo de montagem e no treinamento de pessoal.

## 2) Escritório Técnico do Patrimônio Vivo

Há uma diversidade de leis e instituições que incidem e vigem sobre os edifícios tombados no Vale do Ribeira, considerando-se as esferas municipal, estadual e federal.

Além dos imóveis eventualmente tombados por lei municipal, conforme site do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico – [Condephaat](#), há oito municípios do Vale do

## Municípios do Vale do Ribeira que dispõem de Arquivo Público



Ribeira com imóveis tombados na esfera estadual (além de tombamentos de patrimônio imaterial ou natural).

Na relação abaixo, as datas entre parênteses representam os anos das resoluções de tombamento de alguns dos municípios numerados.

### 1) Apiaí:

Antigo Fórum e Cadeia (2017)

### 2) Cananeia:

Antigo Fórum e Cadeia – conjuntos e sítios urbanos (1969)

CMEF Profa. Jacyra Landim Stori (2010)

### 3) Eldorado:

Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1972)

### 4) Iguape:

Casa Térrea à Rua São Miguel (1981)

Centro Histórico de Iguape – sítio paisagístico (1975)

E.E. Vaz de Caminha (2010)

### 5) Iporanga:

Centro Histórico – conjuntos e sítios urbanos (1980)

### 6) Jacupiranga:

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (2016)

### 7) Registro:

Kagai Kogyo Kabushiki Kaisha – K.K.K.K. (1987)

### 8) Ribeira:

GE Diógenes Ribeiro de Lima (2010)

Note-se que, destes, três municípios tiveram conjuntos urbanos tombados: Cananeia, Iguape e Iporanga. Ressalte-se que, por lei, qualquer intervenção realizada nas fachadas externas ou coberturas de bens situados em um perímetro de [300 metros](#) de um bem tombado pelo Condephat, que implique, ainda que de forma indireta, em alterações das mesmas, também deve receber aprovação do órgão. Somente em Iguape, o sítio urbano compreende cerca de 70 edifícios.

A legislação também reza sobre a ocupação dos imóveis situados na área envoltória dos bens tombados.

“

*Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação.*

”

*(Artigo 137 do Decreto Estadual 13.426/1979)*

A área envoltória de bens tombados a partir de 2003 é regulamentada caso a caso. Note-se que os três conjuntos urbanos tombados no Vale o foram em data anterior a 2003.

Complementarmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan também tombou imóveis no Centro Histórico de Iguape e dez imóveis erigidos em técnica construtiva japonesa tradicional, em Registro.

Tradicionalmente, o proprietário de imóvel tombado, ou de sua área envoltória, quando o mesmo se encontra tombado nas três esferas, necessita dar entrada em três processos de análise – municipal, estadual e federal –, sendo que o órgão municipal só se manifesta uma vez os demais dois ao concluir suas análises, e o estadual aguarda o parecer do federal, para então proceder à sua. Por decorrência, além de moroso (cada pedido pode levar meses até ser concluído), o processo penaliza o proprietário de imóveis tombados e desincentiva eventuais interessados em adquiri-los ou mantê-los à risca das regras de preservação.

Em 2011, Iguape implementou o [Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização de Iguape – Etef](#), pelo qual a análise dos projetos de restauro em Iguape eram analisados conjuntamente pelos técnicos das três esferas (Conselho do Estado, Prefeitura e Instituto do Patrimônio), facilitando e agilizando os processos. Com reuniões mensais, o Etef também possibilitava a criação de uma agenda para que os técnicos patrimoniais comunicassem o parecer diretamente ao proponente,

de modo a orientá-lo e a dirimir eventuais dúvidas complementares que pudesse vir a ter.

A proposta que aqui se apresenta busca resgatar a lógica do Etelf e ampliar sua área de abrangência para todos os municípios do Vale do Ribeira com imóveis tombados ou com interesse em iniciar processos de solicitação de tombamento, reunindo periodicamente os técnicos municipais, o estadual e o federal, conforme a pertinência de sua participação.

### 3) Ancoradouro do Ribeira – Centro do Patrimônio Vivo

O patrimônio só faz sentido quando professado pela comunidade da qual deriva. Em fins da década de 2000, o Iphan instituiu uma rede de [Casas do Patrimônio](#) – que buscava articular centros de pesquisa, produção literária, de cultura, técnicas artísticas e métodos construtivos tradicionais, Brasil adentro.

Sua espinha dorsal conceitual era a [Carta de Nova Olinda](#), que congregou na cidade cearense, em 2009, as várias Casas do Patrimônio. Se em Santiago do Iguape, na Bahia, os encontros eram acolhidos aos pés de uma frondosa árvore, no Centro Histórico de Iguape ela funcionava em uma estrutura edificada, a [Casa do Patrimônio de Iguape](#).

A proposta do Ancoradouro do Ribeira – sendo o ancoradouro uma imagem comum a todos os municípios que surgiram em função do Rio Ribeira, embora nem mesmo esse marco integre a memória de seus atuais habitantes – tem como inspiração as Casas do Patrimônio, embora, nesse caso, seja voltada a todo o Vale do Ribeira. O ancoradouro será o local de convergência do patrimônio imaterial do Vale do Ribeira e oferecerá múltiplas atividades, como oficinas de causos, mapeamentos históricos, relatos orais, varal das lembranças (onde cada pessoa pendura a sua) e encontros nos quais o patrimônio pode ser vivido. Em suma, um porto seguro para afetos e histórias das pessoas do Ribeira, em seus aspectos não documentais que, ao serem transmitidos pelas pessoas que frequentam o espaço, dão feições às afeições.

Entende-se que o Ancoradouro poderá oferecer serviços e produtos de referência, que gerem receita própria, sempre e quando vinculados ao patrimônio do Vale, a exemplo de serviço de *catering* especializado, da venda de *card games* com espécies nativas da região, de livros infantis com personagens do Vale ou obras patrimoniais e eventuais serviços corporativos.

### Antiga Casa do Patrimônio de Iguape



Fonte: <https://patrimoniovaledoribeira.org>



## Casa da Memória e dos Afetos do Vale do Ribeira – arquivo Histórico, Escritório Técnico e Centro do Patrimônio



### PROFISSIONAIS POTENCIALMENTE DEMANDADOS

Historiadores, trabalhadores da cultura e da economia criativa.

### ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Todos os municípios do Vale do Ribeira.

### DIRECIONAMENTO SEBRAE

#### Conexões institucionais sugeridas

- Prefeitura Municipal de Iguape ▪ Câmara Municipal de Iguape ▪ Fórum da Comarca de Iguape ▪ Basílica do Bom Jesus de Iguape, Paróquias da região e Mitra Diocesana do Vale do Ribeira ▪ Prefeituras e Câmaras Municipais dos demais municípios do Vale do Ribeira ▪ Arquivo Público do Estado de São Paulo ▪ Fundação Arquivo e Memória de Santos ▪ Iphan ▪ Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo
- Codivar.

#### Programas e projetos vinculados

- Jovens Empreendedores Primeiros Passos – Jepp ▪ Solução Setorial – Artesanato.

#### Aderência com atuação no território

Aderente.

#### Fator crítico de sucesso

- Identidade do artesanato local – Marca DGSR.
- Recursos das Estâncias e MIT (Dadetur).

#### Indicadores de desempenho

- Adesão às propostas.
- Detalhamento das propostas.
- Assinatura de convênios.
- Promulgação das leis municipais correspondentes.

### DIRECIONAMENTO CODIVAR

Ante as limitações orçamentárias e dificuldade de trabalho, apesar da relevância da proposta, há baixa possibilidade de engajamento a curto prazo.